

Resumo da Revisão Ambiental e Social (ESRS) Projeto BRK Ambiental Maranhão

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: Janeiro de 2024

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

BRK Ambiental - Maranhão S.A (o “Cliente”, a “Companhia” ou “BRK”) assinou um contrato de concessão de 35 anos com o CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico¹, sendo responsável pela distribuição de água tratada e a coleta e tratamento de esgotos para os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, situados no Maranhão, região Nordeste do Brasil. O Cliente tem como metas atingir: i) 90% de cobertura na distribuição de água tratada, e ii) 80% de cobertura para os sistemas coleta e tratamento de esgotos domésticos, para uma população de aproximadamente 390.222 pessoas². Os recursos do financiamento serão direcionados à expansão e melhorias das redes de distribuição de água tratada e, principalmente, para a expansão das redes de coleta e tratamento de esgotos domésticos (o “Projeto”) na região da Amazônia Legal do Brasil.

A Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) envolveu entrevistas com o Cliente e seu time, revisão documental, visita ao Projeto e conversas com as comunidades residentes. O processo abrangeu, dentre outros aspectos, a avaliação dos procedimentos de i) gestão ambiental; ii) controle de riscos e impactos sociais; iii) saúde e segurança; iv) relações comunitárias; v) qualidade da água tratada; vi) qualidade do esgoto tratado; vii) disponibilidade hídrica; viii) controle da poluição; e ix) projetos sociais.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o Projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) alteração na qualidade da água de mananciais; ii) possível depleção dos aquíferos; iii) emissão de poeira; iv) emissão de ruídos; v) incremento local do tráfego; e vi) interferência com atividades comunitárias. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média-alta e são considerados limitados ao local do Projeto, podendo ser gerenciados por meio de medidas prontamente disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (“PD”) acionados pelo projeto são: i) PD1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PD2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; iv) PD4: Saúde e Segurança da Comunidade e v) PD5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário.

¹ Consórcio estabelecido entre os municípios da concessão.

² População informada para os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar no censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil (“IBGE”).

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

Os dois municípios abrangidos pelo Projeto são vizinhos à capital do Estado (São Luiz), sendo ocupados por uma população predominantemente urbana e com baixos níveis de renda e empregos formais³. O Projeto atingiu 91% de cobertura com a rede de distribuição de água tratada e apenas 34% de cobertura com os sistemas de tratamento e disposição final de esgotos.

Toda a água para distribuição à população é captada em 207 poços a partir do aquífero local. Atualmente o sistema de distribuição de água possui um índice de perdas de 57%. A Companhia possui 34 Estações de Tratamento de Esgotos (“ETE”) ativas, cuja operação é apoiada por Estações Elevatórias de Esgoto (“EEE”). Os sistemas de captação, tratamento e disposição final de esgotos domésticos atendem a unidades condominiais⁴, que captam e tratam os esgotos de unidades habitacionais específicas. Há carência de redes de esgotamento que atendam à população que não reside em unidades condominiais.

O Cliente está investindo em melhorias na rede de distribuição de água, mediante a implantação de Centros de Reservação de Água⁵ (“CR”) e de uma nova ETE. No entanto, uma grande parte dos esgotos é disposta a céu aberto em diversas ruas dos municípios abrangidos pelo Projeto. Esta situação leva à contaminação das águas subterrâneas, especialmente com nitrato.

As comunidades potencialmente beneficiárias têm uma percepção positiva sobre o Projeto, já que antes da concessão havia muita dificuldade de acesso à água. Por outro lado, há muita expectativa sobre a ampliação da cobertura com as redes de coleta e tratamento de esgotos. O despejo de esgotos a céu aberto é visto como um problema a resolver e foi perceptível um senso de urgência quanto a esta questão.

3.2 Riscos contextuais

O principal risco contextual refere-se à retirada ilegal de água, que vem sendo controlado pelo Cliente. Como o início da concessão foi em 2015 e os poços eram implantados por políticos e pela própria população, houve resistência em aceitar o início da cobrança pelo fornecimento de água tratada. Nessa fase a taxa de retirada ilegal de água era de cerca de 70%. Por isso, o Cliente precisou lançar mão de campanhas de esclarecimento, demonstrando a melhoria de qualidade do serviço, a ampliação da cobertura da rede e o uso de tarifa social para convencer a população que resistia ao

³ Em São José do Ribamar, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salário-mínimo (aproximadamente 508,32 USD), sendo que apenas 10,22% da população possuía empregos formais em 2021. Em Paço do Lumiar o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários-mínimos (aproximadamente 480,08 USD), sendo que apenas 6,8% da população possuía empregos formais em 2021. Fonte: IBGE, 2024.

⁴ Conjuntos habitacionais residenciais e condomínios.

⁵ Os Centros de Reservação de Água (CR) consistem em unidades operacionais situadas em localidades mais elevadas no terreno que utilizam a contribuição de alguns poços de abastecimento, onde são implantados reservatórios de água tratada, sistemas de tratamento com hipoclorito de sódio para desinfecção e em alguns casos, estações elevatórias, laboratórios e unidades administrativas. O Cliente possui planos para implantar 8 CR cobrindo toda a área da concessão. Atualmente, 6 CR estão em operação e há um em construção.

Projeto. Contudo, a cultura de implantar o próprio poço ainda persiste, o que leva a retirada ilegal de água, recusa de pagamento pelo serviço, dentre outros fatores.

Diante desse quadro, o Cliente vem implementando campanhas de conscientização, inspeções da rede para detectar retirada ilegal de água, ações de corte do fornecimento de clientes irregulares e outras. Em junho de 2023 a taxa de retirada ilegal havia sido reduzida para 23%. O Cliente continuará a implementar as ações para reduzir as taxas de retirada ilegal de água.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

O Cliente demonstrou o atendimento dos requisitos do sistema de licenciamento ambiental brasileiro, tendo apresentado licenças ambientais de instalação, operação e outorgas para a captação de águas subterrâneas. As medidas de controle para assegurar o cumprimento das disposições em licenças, outorgas e demais autorizações, são realizadas através do software especializado em Gestão de Licenciamento Ambiental - OneGreen. O sistema é amplamente difundido na gestão de ambiental das operações da BRK, que possibilita a gestão de condicionantes, prazos e documentos relativos ao processo de licenciamento ambiental.

O Cliente conta com uma série de procedimentos e programas de gestão dos riscos e impactos socioambientais, que incluem: i) Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho para áreas Administrativas; ii) Diretrizes para Escavação e Escoramento de Valas a Céu Aberto; iii) Gestão de Requisitos Legais; iv) Projeto de Trabalho Socioambiental; v) Manual de Sinalização de Obras e Serviços; vi) Licenciamento Ambiental; vii) Programa de Autoavaliação do Sistema de Gestão Integrado e Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente; viii) Programa de Auditoria Interna de Atendimento a Condicionantes; ix) Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais; x) planilha com o levantamento de aspectos e impactos ambientais; x) Política de não Retaliação e Gestão de Consequências; xi) Preparação e Resposta a Emergências; e xi) Controle de Vazamentos em Tanques e Reservatórios, dentre outros.

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

Atualmente o sistema de gestão de riscos e impactos socioambientais é formado por diversos procedimentos separados. Neste sentido, o Cliente integrará os procedimentos existentes em um Sistema de Gestão Ambiental e Social ("SGAS") formal.

4.1.b Política

O Cliente preparará uma Política de Gestão de Impactos Socioambientais, que fará parte do SGAS.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

O Cliente possui procedimento próprio de identificação e avaliação de impactos ambientais, mediante o qual é gerada uma planilha de levantamento de aspectos e impactos ambientais

("LAIA"). Esta planilha relaciona aspectos e impactos ambientais, avalia a significância dos impactos e identifica controles operacionais para mitigar os efeitos negativos.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Os principais riscos e impactos diretos do Projeto incluem, dentre outros, os seguintes: i) possível depleção do aquífero devido a retirada excessiva de água; ii) contaminação potencial de solos devido ao contato com substâncias químicas; iii) rompimento de tubulações e vazamentos de água e efluentes tratados; iv) incômodos de vizinhos com ruídos; v) incômodo de vizinhos com odores no entorno de ETEs; vi) incômodo de vizinhos com material particulado no entorno de obras; vii) retenções no tráfego de veículos no entorno das zonas de obras; viii) possível contaminação de mananciais superficiais em caso de rompimento de tubulações de esgotos; e ix) geração de empregos diretos.

Os principais riscos e impactos indiretos do Projeto incluem: i) geração de empregos indiretos; ii) redução na incidência de enfermidades de veiculação hídrica; iii) aumento da inclusão social de comunidades vulneráveis mediante o acesso à água tratada, dentre outros.

4.1.c.ii Análise de alternativas

A parte do Projeto que se refere às redes de distribuição abrange a malha viária dos municípios cobertos pela concessão, e não requer análise de alternativas. As áreas para implantação das unidades maiores como CR, ETE e EEE avaliam a topografia do terreno, a disponibilidade de área e a minimização de interferências com a comunidade do entorno. O Cliente desenvolverá um procedimento de avaliação de alternativas com identificação de riscos e impactos socioambientais para apoiar a seleção de sítios para a implantação dos ativos de saneamento.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

O Cliente não realizou uma análise formal de impactos cumulativos. Uma avaliação preliminar destes mostrou que os impactos incrementais gerados por outros projetos em execução e outros que serão implementados no futuro na área de influência do Projeto não serão materiais devido a que a maioria das obras previstas no empreendimento serão localizadas, de pequeno e médio porte e o seu tempo de construção será relativamente curto.

4.1.c.iv Riscos de gênero

No Brasil, a igualdade de gênero foi consolidada pela Constituição de 1988⁶, ao estabelecer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, proibindo a diferença salarial, de exercício de função e de critério de contratação em virtude de sexo, estado civil, idade e cor. Contudo, ainda há desafios para alcançar essa equidade. De acordo com o Índice Global de Lacuna de Gênero⁷, em 2023 o Brasil alcançou um escore de 0,72, que coloca o país na 57ª posição entre os países avaliados.

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

⁷ Global Gender Gap Index 2023.

A violência contra a mulher continua sendo alta no país. Assim, no ano de 2022 houve o registro de 3.423 mortes violentas de mulheres no Brasil, das quais 105 foram no Estado do Maranhão⁸.

Para controlar os riscos de gênero, o Cliente possui um Código de Conduta Ética Profissional, o qual condena todo tipo de discriminação, assédio ou violência e encoraja a denúncia de comportamentos impróprios. O código também promove uma atmosfera de trabalho positivo e estabelece a tolerância zero contra a discriminação, assédio ou violência com base na idade, cor, raça, religião, gênero, estado civil, situação familiar, orientação sexual, nacionalidade ou deficiência.

O Cliente disponibiliza um Canal Confidencial, que funciona 24 horas por dia e permite denúncias anônimas. A retaliação contra denunciadores não é tolerada. Para reforçar o combate ao assédio, o Cliente preparará, adotará e disseminará uma Política Antidiscriminação e Assédio Moral e Sexual.

4.1.c.v Exposição às mudanças climáticas

Um 74% da área do Projeto apresenta um nível de risco de seca elevado enquanto na restante é moderado. Esta condição é agravada pelas ondas de calor projetadas nos cenários de emissões futuras. Além disso, a tendência média anual da precipitação no Maranhão no período 1979-2022 mostra uma ligeira tendência para condições mais secas.

Os serviços públicos de água potável são sensíveis às secas que alteram os níveis de água nos aquíferos e reservatórios, causando uma diminuição na disponibilidade de água superficial e da recarga das águas subterrâneas, o que pode levar à escassez no verão devido à maior duração da estação mais quente e seca. Os efeitos das secas poderão causar dificuldades no atendimento das demandas de água, afetando o funcionamento das instalações no curto prazo ou a qualidade e a prestação dos serviços no médio e longo prazo.

A mudança climática também poderá resultar na subida do nível do mar, o que pode levar à intrusão de água salgada tanto nos aquíferos costeiros como nos estuários, podendo comprometer a qualidade da água bruta e aumentar seus custos de tratamento.

O Cliente possui um Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica⁹ o qual contém diversas recomendações que implementará para assegurar o monitoramento e uso racional dos recursos disponíveis, e fazer face aos riscos associados à mudança climática.

O Projeto é considerado alinhado ao Acordo de Paris com base em uma análise conduzida de acordo com a Abordagem de Implementação do Alinhamento de Paris do Grupo BID.

4.1.d Programas de gestão

O Cliente conta com um conjunto extenso de procedimentos e programas de gestão de riscos e impactos socioambientais incluindo: i) Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho para Áreas

⁸ Mapa Nacional da Violência de Gênero.

⁹ NHC Brasil Consultores. Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica para os Municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar – MA. 2022.

Administrativas; ii) Diretrizes para Escavação e Escoramento de Valas a Céu Aberto; iii) Gestão de Requisitos Legais; iv) Projeto de Trabalho Socioambiental; v) Manual de Sinalização de Obras e Serviços; vi) Licenciamento Ambiental; vii) Programa de Autoavaliação do Sistema de Gestão Integrado e Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“QSSMA”); viii) Programa de Auditoria Interna de Atendimento a Condicionantes; ix) Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais; x) Planilha com o Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais; x) Preparação e Resposta a Emergências; xi) Controle de Vazamentos em Tanques e Reservatórios; xi) Gestão de Substâncias Químicas; e xii) Controle de Ruído e Vibração, dentre outros. Esses procedimentos serão integrados no SGAS.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

O Cliente conta com um Departamento de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“QSSMA”) que cuida da gestão dos riscos e impactos socioambientais do Projeto, e conta ainda com o suporte da área corporativa, possui 23 profissionais incluindo: i) uma coordenadora da QSSMA, ii) uma supervisora de meio ambiente; iii) um supervisor de segurança no trabalho; iv) uma técnica de enfermagem do trabalho; v) dois analistas de meio ambiente; vi) quatro técnicos de laboratório; vii) um encarregado pela operação de água e esgoto; viii) um auxiliar de laboratório; ix) 5 auxiliares de operação de água e esgoto; x) três técnicos de segurança do trabalho; xi) um auxiliar administrativo e xii) dois aprendizes.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

O Cliente conta com um Plano de Resposta a Emergências (“PAE”), que contempla: i) objetivos; ii) âmbito de aplicação; iii) referências; iv) conceitos e definições; v) responsabilidades; vi) requisitos gerais para a preparação dos planos de emergência; vii) treinamentos e exercícios simulados de emergência; viii) alertas e evacuação; ix) desdobramento das funções do plano de resposta a emergências; x) conteúdo adicional dos plano de resposta a emergências; xi) atualização do plano de resposta a emergências, e xii) inspeções relacionadas à resposta a emergências.

O PAE conta ainda com um anexo de cenários operacionais de emergência, bem como de procedimentos complementares que cobrem: i) atividades de preparação e resposta a emergências; ii) procedimentos de prevenção de vazamentos em tanques e reservatórios, e iii) medidas de prevenção contra incêndios e explosões.

4.1.g Monitoramento e análise

O Cliente possui um procedimento específico para auditorias internas do Sistema QSSMA e do atendimento de condicionantes. O Sistema OneGreen acompanha o cumprimento das disposições contidas nas licenças ambientais e outorgas de uso da água. Relatórios anuais de autoavaliação do Sistema QSSMA são emitidos identificando as ações conformes, não conformidades e observações.

O Cliente realiza monitoramento regular da qualidade das águas nos poços de abastecimento, nas águas tratadas e na rede de distribuição. Os resultados são utilizados para identificar ações de melhoria nos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

No início da concessão, em 2015, o Cliente realizou um mapeamento de partes interessadas, o qual é mantido atualizado pela equipe de Responsabilidade Social. BRK realiza reuniões comunitárias periódicas para informar a comunidade e autoridades sobre obras e ações socioambientais. Adicionalmente, de forma semanal, as equipes de obras e engenharia, operação e manutenção, e comunicação e social, estruturam um plano de comunicação sobre as intervenções que serão realizadas nas comunidades na semana subsequente, que é divulgado por meio de carro de som, envio de cards digitais para WhatsApp, disparo de SMS para os contatos da base de cadastro da concessionária, divulgação no quadro de avisos no site do Cliente, publicação do cronograma semanal em jornal impresso, contato da equipe de diálogo social com lideranças comunitárias e envio de ofícios, nos casos de condomínios.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

O Projeto dispõe de canais para recebimento de reclamações, sugestões e solicitações, disponíveis nos números gratuitos de telefone¹⁰.

4.1.i.i Comunicações para público externo

Semanalmente, as equipes de obras e engenharia, operação e manutenção, e comunicação e social, estruturam um plano de comunicação sobre as intervenções que serão realizadas nas comunidades na semana subsequente. O plano é aplicado por meio de carro de som, envio de cards digitais para WhatsApp, disparo de SMS para os contatos da base de cadastro da concessionária, divulgação no quadro de avisos no site da BRK, publicação do cronograma semanal em jornal impresso, contato da equipe de diálogo social com lideranças comunitárias e envio de ofícios, nos casos de condomínios.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

O Cliente possui 334 trabalhadores, dos quais 272 (81%) são homens e 62 (19%) são mulheres. Destes, 328 trabalhadores (98%) foram recrutados no Estado do Maranhão.

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

No Brasil as relações trabalhistas são reguladas por lei específica¹¹. A Companhia cumpre com todos os requisitos legais aplicáveis. Para gerenciar as relações trabalhistas o Cliente possui uma Norma de Administração de Pessoal, que estabelece diretrizes, procedimentos e responsabilidades a serem observadas nos processos que envolvem a administração de pessoas. A norma está vinculada com: i) código de conduta e ética profissional; ii) política de remuneração; iii) norma de recrutamento e seleção; iv) norma de conflitos de interesses, e v) política antissuborno e anticorrupção.

¹⁰ 0800 771 0001, disponível as 24 horas do dia e (11) 99988 0001, disponível para mensagens de WhatsApp em horário comercial.

¹¹ Decreto Lei N° 5.452 de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

As condições de trabalho estão pautadas na legislação trabalhista brasileira, bem como nos acordos e convenções coletivas de sindicatos aos que estão vinculados os trabalhadores.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

Nos termos do Código de Conduta e Ética Profissional, a Companhia respeita o direito de trabalhadores se filiarem a sindicatos e as suas respectivas convenções coletivas, que regem os termos de emprego. Atualmente, 141 colaboradores estão afiliados a sindicatos, o que representa 42% do total de trabalhadores.

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

O Código de Conduta e Ética Profissional da Companhia veda de forma explícita qualquer tipo de discriminação com base em idade, cor, raça, religião, gênero, estado civil, situação familiar, orientação sexual, nacionalidade ou deficiência.

O Cliente implementa programas específicos de diversidade e inclusão, incluindo o Programa DiversifiK, que visa atingir 40% de mulheres em posições de liderança e ter um quadro de mulheres que representem 30% do total de colaboradores até 2024. Além disso, a promoção de oportunidades e a integração profissional de pessoas afrodescendentes, com deficiência e LGBTQI+ também pautam o Programa e as iniciativas de inclusão.

A Companhia promove uma série de projetos e ações para promover a diversidade dentro e fora da empresa. O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendentes da BRK, por exemplo, permitiu que 80 funcionários e funcionárias fossem capacitados para atender clientes surdos nas lojas de atendimento da BRK.

O programa de aceleração de carreiras para mulheres afrodescendentes e o programa para formação profissional de mulheres (refugiadas venezuelanas, brasileiras em situação de vulnerabilidade social, afrodescendentes e indígenas) como encanadoras e instaladoras hidráulicas são outros exemplos de como a Companhia direciona seus esforços para materializar a inclusão e a diversidade.

Os processos para seleção e contratação de pessoas também levam em conta os princípios de diversidade e inclusão. O Cliente possui uma Norma de Recrutamento e Seleção que contém diretrizes que visam à preservação da equidade, o combate à discriminação e a oferta de oportunidades iguais para os candidatos e candidatas.

4.2.a.v Redução de pessoal

O Projeto não prevê demissões coletivas. Para o desligamento de pessoal o Cliente segue as diretrizes da legislação brasileira, que incluem, dentre outras medidas¹²: i) aviso prévio 30 dias antes

¹² Para casos de demissão sem justa causa.

do desligamento, durante o qual o empregado tem uma alocação de tempo para buscar uma nova oportunidade laboral; ii) pagamento de multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”); iii) direito do trabalhador de sacar o saldo do FGTS; iv) recebimento de parcela proporcional de férias; v) recebimento de parcela proporcional de 13º salário; vi) direito a receber o seguro desemprego por tempo determinado; vii) carta de recomendação; e viii) orientações para recolocação, dentre outros benefícios.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

A Companhia possui um Canal Confidencial, operado por uma empresa independente, para o recebimento de queixas, denúncias, sugestões e pedidos. O canal, que permite também a captura de denúncias anônimas, está disponível de forma permanente e pode ser acessado pela internet, uma linha 0800 gratuita ou por e-mail.

Nos anos de 2021 e 2022, foram instauradas no Canal Confidencial 40 denúncias, considerando todas as naturezas, sendo que deste total 80% foram relacionadas a temas comportamentais, 8% possíveis relações conflituosas, 5% descumprimento de normas de segurança e 7% demais categorias. Todas as denúncias foram apuradas, 25% consideradas procedentes, 28% parcialmente procedentes, e foram aplicadas 5 medidas disciplinares, além de feedbacks e treinamentos.

As medidas disciplinares estão previstas no Código de Conduta e Ética Profissional da Companhia e envolvem desde advertência oral até término do contrato de trabalho, medidas legais referentes à restauração dos danos e, quando for o caso, comunicação do fato às autoridades competentes.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

O Código de Conduta e Ética Profissional da Companhia estabelece proibição para trabalho infantil e forçado. Além disso o Cliente possui um Código de Conduta Ética para Fornecedores, o qual exige que seus fornecedores cumpram e monitorem suas cadeias de valor com relação à prevenção e combate ao trabalho forçado ou compulsório, ou infantil, assim como com temas relacionados com pedofilia, discriminação, assédio moral ou sexual.

O Cliente conta com uma Política de Combate à Escravidão Moderna e ao Tráfico de Pessoas, que contempla: i) objetivos; ii) âmbito de aplicação; iii) considerações gerais; iv) vínculos; v) diretrizes; vi) controle de registros; vii) disposições finais; viii) controle e histórico de versões; e ix) aprovações e x) anexos. A política tem como objetivo definir as diretrizes para prevenir e combater a escravidão moderna e o tráfico de pessoas na condução dos negócios da Companhia.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

O tema de saúde e segurança no Brasil é regulamentado por uma série de 37 normas emitidas pelo Ministério do Trabalho. Estas normas definem os requisitos de saúde e segurança ocupacional que devem ser seguidos por todas as empresas em suas operações.

A Companhia está obrigada a cumprir com todos os requisitos regulamentares, e apresentou diversos procedimentos que tratam do tema, incluindo: i) comunicação e investigação de

incidentes; ii) gestão de equipamentos de proteção pessoal (“EPI”); iii) planejamento de segurança no trabalho; iv) política de reconhecimento e consequências (tolerância zero e regras de ouro); v) ficha de EPI; vi) critérios para a avaliação documental de fornecedores; vii) avaliação de riscos de terceiros; viii) análise de risco do local de trabalho; ix) diretrizes para elaboração do Plano de Gerenciamento de risco (“PGR”); x) planejamento de segurança de projeto; xi) segurança da frota; e xii) dimensionamento da equipe de saúde e segurança, dentre outros.

Cliente registra todos os incidentes de saúde e segurança, mesmo aqueles que não chegaram ao nível de um acidente. Esta iniciativa visa mapear e tratar os riscos antes que problemas mais sérios ocorram. Em 2022 foram registrados 2 acidentes com afastamento e 4 acidentes sem afastamento. Até o mês de agosto de 2023 haviam sido registrados 1 acidente com afastamento e 2 acidentes sem afastamento. As taxas de acidentes com afastamento foram de 1,61 em 2022 e 1,31 até agosto de 2023. As taxas de acidentes correspondem a taxas de incidência de 17,96 em 2022 e 8,98 em 2023 e são menores que a incidência média do setor, de 22,47¹³.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

O Brasil possui uma lei específica¹⁴ que visa a inclusão de pessoas com deficiência (“PCD”) no ambiente de trabalho. Esta lei requer que empresas com 201 a 500 empregados preencham 3% dos seus cargos com beneficiários reabilitados do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) ou pessoas com deficiência. Atualmente o Cliente possui 11 PCD contratados, perfazendo 3,29% da mão de obra total.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

A Companhia conta com 326 trabalhadores terceirizados, contratados a partir de 13 empresas, para fornecer atividades e serviços auxiliares (vigilantes, encarregados, ajudantes, pessoal da limpeza, motoristas, pedreiros, encanadores, auxiliares de serviços gerais etc.).

O Cliente fiscaliza os contratos de mão de obra terceirizada para assegurar que estes cumpram com os requisitos da legislação trabalhista brasileira, incluindo: i) as normas de saúde, segurança e meio ambiente para a contratação de terceiros; ii) a existência do manual de saúde segurança e meio ambiente para empresas contratadas; iii) a norma de avaliação de riscos de terceiros; iv) os critérios para avaliação documental de terceiros contratados; e v) a norma de avaliação de desempenho de fornecedores etc.

4.2.f Cadeia de abastecimento

O Cliente conta com um Código de Conduta Ética para Fornecedores, o qual requer que as empresas contratadas gerenciem os riscos econômicos, sociais, trabalhistas, tributários e ambientais em suas respectivas cadeias de fornecimento, visando a continuidade do negócio. Este código conta com as seguintes seções: i) introdução; ii) propósitos e valores; iii) abrangência; iv) conformidade com leis,

¹³ Ministério da Previdência Social. Indicadores de acidentes do trabalho, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), Brasil – 2020.

¹⁴ Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

normas e regulamentos; v) relação com fornecedores; vi) desenvolvimento de funcionários; vii) ambiente de trabalho positivo; viii) concorrência desleal; ix) conflito de interesses; x) brindes, presentes, entretenimento e hospitalidades; xi) redes sociais; xii) gestão ambiental, social e de governança; xiii) direitos humanos; xiv) meio ambiente; xv) atividades políticas e livre associação; xvi) práticas trabalhistas; xvii) sigilo e confidencialidade; xviii) transparência de informações; xix) compromissos voluntários; xx) comunicação de desvios; xxi) medidas legais para violações ao presente código; xxii) alterações e xxiii) notificação ao leitor.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

Em 2022, cerca de 47% da energia produzida no Brasil era proveniente de fontes de energia renováveis¹⁵. Entre 2021 e 2022 a Companhia consumiu 19.752.750,80 e 17.992.796,37 Kwh/ano respectivamente. Entre janeiro e agosto 2023, o consumo de energia acumulado foi de 12.027.770,13 Kwh. Deste consumo, 53% refere-se a unidades operacionais de baixa tensão e o restante a redes operacionais de alta tensão.

A energia para o Projeto é suprida pela concessionária elétrica local. Porém, o Cliente realizou investimentos e contratou uma usina solar de 4 MW de potência instalada¹⁶, mediante a qual 80% do consumo de unidades operacionais de baixa tensão é compensado. Além desta, o Projeto dispõe de geradores que são utilizados em casos de falta de energia.

Para otimizar o consumo de energia, a Companhia dispõe de um sistema automatizado para o controle do funcionamento das bombas, denominado SCADA¹⁷ que monitora em tempo real a operação, detecta eventuais defeitos e programa os horários de funcionamento de modo a otimizar o consumo de energia.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

A Companhia desenvolverá mapeamento das emissões de gases de efeito estufa e acompanhará seus resultados.

4.3.a.ii Consumo de água

De janeiro a agosto de 2023, o Projeto produziu uma média mensal de aproximadamente 3.225.000 m³/mês e faturou cerca de 1.287.000 m³/mês no mesmo período (o que equivale somente a 40%). Para corrigir este problema, a Companhia está implementando um Programa de Redução de Perdas que possui os seguintes componentes: i) instalação de medidores em todos os poços de produção; ii) inspeções de vazamentos na rede de distribuição de água; iii) setorização das redes de distribuição de água; iv) recuperação de centros de reservação de água; v) redução programada dos fluxos de água na rede no período noturno; vi) combate às conexões ilegais; vii) instalação de hidrômetros junto aos consumidores; e viii) atualização periódica do banco de dados de

¹⁵ Empresa de Pesquisa Energética. 2024.

¹⁶ Contrato realizado com a empresa Athon Energia junto à Planta de Energia Fotovoltaica Matões.

¹⁷ Supervisory Control and Data Acquisition.

consumidores. Mediante essas ações, a Companhia busca reduzir as perdas para o percentual de 25%, conforme previsto no contrato de concessão.

4.3.b Prevenção da poluição

Atualmente a Companhia opera 34 ETE distribuídas na área de concessão que atendem à 34% da população. A principal tecnologia usada para o tratamento dos esgotos inclui os Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manta de Lodo ou UASB¹⁸. Os efluentes tratados são analisados periodicamente para verificação de sua conformidade com o padrão brasileiro¹⁹. As análises realizadas pelo Cliente informam condições aceitáveis para a maioria dos parâmetros analisados, exceto para as concentrações de nitrogênio amoniacal. Para assegurar o cumprimento dos padrões nacionais para efluentes tratados nas novas ETE, o Cliente preparará e implementará um Plano de Atendimento aos Requisitos da Resolução CONAMA N° 430/2011.

O Projeto tem o compromisso de fornecer água em quantidade e qualidade adequadas para o consumo da população. A Companhia realiza e contrata análises laboratoriais da água tratada para verificar o atendimento ao padrão de potabilidade brasileiro²⁰. As análises da água tratada evidenciam concentrações adequadas para a grande maioria dos parâmetros avaliados, com exceção de infringências frequentes dos valores máximos permissíveis (“VMP”) para nitrato e alumínio. As excedências nas concentrações do nitrato são atribuídas ao despejo e infiltração de esgotos *in natura* nos solos, gerando contaminação do lençol freático; as do alumínio estão associadas à composição geoquímica dos solos da região do Projeto. Para corrigir os desvios observados nas concentrações de nitrato, a Companhia preparará e implementará um Plano de Tratamento Complementar para assegurar o atendimento a todos os requisitos normativos.

Dada a necessidade de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, os planos da Companhia incluem a implantação de uma nova planta de tratamento de esgotos, ETE Cajueiro, cuja primeira etapa terá a capacidade de tratar um volume de 60 l/s, que elevará o percentual da população atendida pelos serviços de esgotamento sanitário dos atuais 34% para 45% no fim de 2026. Posteriormente, será implementada a segunda etapa que aumentará a capacidade de tratamento da planta em 60 l/s adicionais. Esta ampliação aumentará a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para 49% em 2027.

Outras iniciativas para ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário incluem a reforma das ETE Lima Verde e a construção da ETE Centro de Ribamar que estão previstas para 2027 e 2028, respectivamente. Estas obras permitirão o incremento da cobertura dos serviços para 53% no fim de 2028. Outros investimentos serão necessários para atingir a meta de cobertura de 80% da população com esgotamento sanitário.

¹⁸ Upflow Anaerobic Sludge Blanket (“UASB”) na sigla em inglês. Outras tecnologias de tratamento de efluentes utilizadas na concessão incluem os lodos ativados e o Reator de Biofilme em Leito Móvel (Moving Bed Biofilm Reactor ou MBBR pela sigla em inglês).

¹⁹ Resolução CONAMA N° 430 de 13 de maio de 2011. Ministério do Meio Ambiente. Brasil.

²⁰ Portaria GM/MS N° 888 de 4 de maio de 2021. Ministério da Saúde. Brasil.

4.3.b.i Resíduos

A Companhia dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”) específico para o Projeto, que engloba: i) informações gerais; ii) definições; iii) aspectos legais; iv) localização geográfica do empreendimento; v) descrição do empreendimento; vi) diagnóstico atual da gestão de resíduos no empreendimento; vii) conceito de gerenciamento de resíduos; viii) ações visando a redução da geração de resíduos; ix) acondicionamento, identificação e armazenamento temporário; x) transporte externo de resíduos; xi) tratamento e destinação final dos resíduos; xii) plano de resposta à emergências; xiii) treinamento, e xiv) considerações finais.

A central dos resíduos do Projeto está localizada no Centro de Reservação 09 (“CR09”)²¹. Os principais tipos de resíduos gerados nos ativos do Projeto incluem: i) resíduos sólidos não perigosos provenientes da limpeza interna (resíduos de banheiros, embalagens de produtos, lodo de ETes, areia de filtros); ii) resíduos da construção civil (“RCC”) provenientes de obras de manutenção e ampliação da infraestrutura e iii) resíduos perigosos, incluindo substâncias químicas usadas em laboratórios, pilhas, lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos e baterias. Devido ao pequeno volume gerado nas diversas unidades operacionais, estes resíduos são transportados das unidades geradoras para a central de resíduos situada no CR09, sendo posteriormente destinados a empresas credenciadas e licenciadas para o transporte e disposição final dos resíduos. Parte dos resíduos não perigosos e RCC são destinados à reciclagem. A Companhia controla o transporte e a destinação final dos resíduos mediante a emissão de documentos específicos, como o Manifesto de Transporte de Resíduos (“MTR”) e o Certificado de Destinação Final de Resíduos Sólidos (“CDF”).

Os resíduos perigosos (substâncias químicas utilizadas nos laboratórios de análise da Companhia, lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, eletroeletrônicos e outros) são segregados e armazenados temporariamente na central de resíduos do CR09. Quando um volume razoável é alcançado, estes resíduos são encaminhados para transporte e disposição final em empresas licenciadas para o transporte, manuseio e disposição final de resíduos perigosos.

O Cliente está atualmente estudando alternativas para o aproveitamento de lodos de ETE, incluindo a sua utilização na produção de agregados de construção e utilização dos lodos na agricultura. A Companhia preparará um Estudo de Alternativas para o Reuso de Lodos de ETes.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

O Cliente possui um procedimento específico para a gestão de substâncias químicas, que cobre os seguintes temas: i) requisitos gerais; ii) rotulagem e identificação; iii) fichas de segurança de produtos químicos; iv) armazenamento e estocagem; v) manuseio e segurança; vi) descarregamento de substâncias químicas; vii) transporte; viii) ações de emergência; ix) descarte de substâncias químicas vencidas, utilizadas ou material contaminado com substâncias químicas; x) licenças para aquisição, uso, armazenamento e transporte de substâncias químicas controladas; xi) monitoramento e análise crítica, e xii) treinamentos.

²¹ O Centro de Reservação 9 (CR09) centraliza a gestão dos resíduos sólidos da Companhia.

Os ativos de saneamento possuem áreas específicas para armazenamento de químicos, inflamáveis e materiais contaminantes, que são dispostos conforme compatibilidade dos produtos. Os locais de estocagem possuem bacias de contenção para conter contaminantes em caso de vazamentos ou derramamentos.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

O Projeto não faz uso de pesticidas em suas operações.

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

O Projeto possui o potencial de gerar os seguintes incômodos aos membros da comunidade: i) interrupção temporária do tráfego durante obras de manutenção ou expansão das redes; ii) aumento dos níveis de material particulado; iii) aumento dos níveis de ruídos; iv) produção de odores no entorno de ETE e EEE; v) geração de risco de acidentes com transeuntes em zonas de obras; vi) possíveis danos estruturais à propriedades vizinhas às obras de saneamento; vii) alagamento de propriedades em caso de ruptura de adutoras ou coletores de esgoto, dentre outros.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

O procedimento para controle das emissões de ruídos e vibrações prevê a realização de medições de ruídos e vistorias cautelares em propriedades vizinhas às obras, a fim de estabelecer possíveis impactos. O procedimento, que estabelece as medidas de controle para os ruídos e os critérios para o monitoramento, destaca o papel dos canais de comunicação com as comunidades para identificar, investigar e responder a queixas de residentes.

O procedimento de controle de emissões atmosféricas cobre ações de: i) umectação de solos em canteiros de obras ou em vias onde houver obras de manutenção ou ampliação da infraestrutura; ii) adoção de limites de tráfego em ruas não pavimentadas; iii) cobertura de agregados durante o transporte e em pontos de armazenamento temporário; iv) limpeza e manutenção periódica de equipamentos e veículos; v) utilização de sistema de coleta e queima de gás metano em estações com processo anaeróbio (UASB), e vi) adoção de medidas de controle de emissão de gases odoríferos. As equipes e canais de comunicação do Cliente estão aptos a receber, tratar e responder a queixas de terceiros.

Em obras de manutenção ou ampliação de redes de saneamento, a Companhia implementa um procedimento referente à proteção contra o atropelamento por máquinas pesadas. Este estabelece requisitos para proteger empregados, contratados e terceiros contra atropelamento ou choque contra máquinas pesadas em situações de trabalho.

Visando a redução de acidentes com veículos, o Cliente possui um Manual de Gestão de Frotas e um Manual de Sinalização de Obras, que estabelecem diretrizes de segurança de veículos e implantação de sinalização de segurança, visando o controle dos riscos de acidentes de veículos e

com terceiros. Para integrar as ações de gestão de riscos e impactos em obras, o Cliente preparará um Plano de Comunicação e Gestão Socioambiental de Obras.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

Os ativos de saneamento do Projeto armazenam quantidades modestas de materiais perigosos, que são gerenciadas no nível da instalação, mediante o uso de Equipamentos de Proteção Pessoal (“EPI”), fichas de segurança de produtos químicos, procedimentos de isolamento e armazenamento seguro de produtos químicos, combustíveis e materiais inflamáveis etc. Os volumes de produtos perigosos em cada ativo tendem a ser pequenos e não representam maiores riscos para as comunidades do entorno do Projeto.

Os resíduos perigosos são segregados em pontos designados dos ativos, transportados e dispostos segundo os termos do PGRS. Não há risco apreciável de danos relacionados com esses resíduos nas comunidades que residem no entorno dos ativos de saneamento.

4.4.a.iii Serviços Ecológicos

Os municípios da área de concessão estão rodeados por estuários onde há pesca artesanal e retirada de mariscos, que correspondem a serviços ecológicos de provisionamento, gerando alimentos para as populações da área de influência do Projeto. Por sua vez a saúde dos ecossistemas aquáticos depende da qualidade da água adequada. A avaliação de dados de qualidade das águas em mananciais que recebem efluentes tratados do Projeto²² demonstrou que este não gera mudanças significativas na qualidade das águas. Porém, os dados disponíveis indicam que esses mananciais já apresentam qualidade da água degradada independente do lançamento de efluentes do Projeto, devido ao despejo difuso de esgotos *in natura* e outras fontes de contaminação de solos e águas nas ruas e vias de acesso dos municípios.

Atualmente o Projeto não traz deterioração da qualidade das águas dos mananciais que recebem descargas de efluente tratado, e por conseguinte, não são esperados reflexos nos serviços ecológicos de provisionamento.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”)²³, em 2022 as taxas de mortalidade infantil média em São José do Ribamar e Paço do Lumiar eram de 16,59 e 13,91 para 1.000 nascidos vivos, respectivamente, e as internações devido a diarreias eram de 0,7 e 0,6 para cada 1.000 habitantes, respectivamente. Essas taxas refletem em grande medida as carências no setor de saneamento básico na área da concessão, especialmente o despejo direto de esgotos domésticos *in natura* em vias de acesso na área de concessão.

²² Comparação da qualidade da água medida em pontos de amostragem situados à montante (ou antes) com pontos situados à jusante (ou depois) do ponto de lançamento de efluente tratado.

²³ IBGE. Cidades. 2024.

A ampliação gradual da cobertura da rede de esgotamento sanitário propiciada pelo Projeto deverá impactar positivamente essas taxas, especialmente a mortalidade infantil e a redução na incidência de enfermidades de veiculação hídrica.

O Projeto não gera riscos significativos de introdução de enfermidades na comunidade.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

No seu Plano de Ação de Emergência, o Cliente prevê cenários de vazamento ou rompimento de adutora, e de rompimento de reservatório de água. Estes são cenários emergenciais que podem afetar membros das comunidades vizinhas a adutoras e reservatórios e requerem ações específicas de comunicação e atendimento emergencial caso se materializem. Por este motivo, o Cliente revisará o Plano de Ação de Emergência visando a inclusão de ações de comunicação e atendimento de comunidades afetadas por eventos de vazamentos e rompimentos de adutoras e reservatórios.

4.4.b Pessoal de segurança

O Cliente utiliza segurança armada nos seus escritórios administrativos, e está em processo de implementar sistemas de segurança automáticos em suas instalações. No entanto, a Companhia preparará um Plano de Segurança que contenha disposições que assegurem que as empresas fornecedoras de serviços de segurança privada observem o respeito aos direitos humanos no exercício de suas funções.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

4.5.a Aspectos gerais

Mediante os termos do contrato de concessão, o Cliente pode indicar sítios para a implantação de ativos de saneamento, cabendo ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (“CISAB”) e às Prefeituras da área de concessão a emissão de Leis Municipais que cedem propriedade pública para o projeto ou a emissão de decretos de desapropriação das áreas de interesse. Cabe a Companhia a execução dos atos de desapropriação incluindo o pagamento de indenizações às partes afetadas. Até o momento, as áreas indicadas para a expansão dos ativos foram terrenos de instituições públicas e não houve necessidade de desapropriação de terrenos ocupados por terceiros²⁴.

4.5.a.i Elaboração de projetos

O Cliente elaborará e implementará um procedimento de análise de alternativas para embasar a seleção de locais para a expansão dos ativos de saneamento básico como CR, EEE e ETE, com o intuito de minimizar as necessidades de desapropriação ou instalação de servidões administrativas em áreas ocupadas por terceiros.

²⁴ Terrenos ocupados por terceiros incluem tanto propriedades privadas, como áreas de ocupação informal por comunidades vulneráveis.

4.5.a.ii Indenização e benefícios para pessoas deslocadas

O Cliente preparará uma Estrutura de Reassentamento Involuntário e Restauração dos Meios de Vida que será implementada em casos em que seja necessário desapropriar propriedades privadas ou áreas de habitação informal ocupadas por comunidades carentes.

4.5.b Deslocamento

O Projeto poderá gerar deslocamento físico e econômico caso seja necessário proceder a desapropriações. Estes serão tratados nos termos da Estrutura de Reassentamento Involuntário e Restauração dos Meios de Vida.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

Embora existam duas unidades de conservação de uso sustentável²⁵ e um Sítio Ramsar²⁶ que abrangem a área da concessão, o Projeto é integralmente desenvolvido em áreas urbanas e habitats modificados e, portanto, não se esperam impactos em habitats críticos ou biologicamente sensíveis. Contudo, em casos em que a expansão das redes ou ativos de saneamento se der no interior de unidades de conservação, o Cliente elaborará procedimentos para: i) analisar alternativas, visando reduzir eventuais impactos sobre a biodiversidade; ii) avaliar riscos e impactos sobre a biodiversidade, e iii) elaborar planos de gestão ambiental e monitoramento da biodiversidade.

4.7 Povos indígenas

O Projeto não afetará a povos indígenas devido a que na concessão não existem reservas indígenas ou comunidades quilombolas.

4.8 Patrimônio Cultural

Dentro da área de concessão existem 17 sítios arqueológicos e não há patrimônio histórico tombado²⁷. Embora desde o início da concessão não constem interferências do Projeto no patrimônio histórico, arqueológico ou imaterial o Cliente preparará um Procedimento de Achados Arqueológicos Fortuitos, para o caso de achados inesperados durante as obras de implantação de novas redes de saneamento e outros ativos.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link:

<https://www.brkambiental.com.br/maranhao/quem-somos>

²⁵ Área de Proteção Ambiental (“APA”) do Itapiracó e APA Upaon-Açu/Muritiba/Rio Preguiça.

²⁶ Sítio Ramsar do Estuário do Amazonas e Seus Manguezais.

²⁷ Edificações protegidas por sua importância histórica.